



Policy^{International}
Centre for Inclusive Growth



Caminhos para o

Crescimento Inclusivo

Destques do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

Índice

Apresentação

*Nações Unidas e Brasil
juntos pelo Crescimento
Inclusivo*

3

Gráficos

*O trabalho do IPC-IG em
evolução: Alguns dados*

*Países que visitam o site do
IPC-IG (Outubro 2010 –
Março 2011)*

4-5

*Áreas prioritárias:
Uma Abordagem
Multidimensional para o
Crescimento Inclusivo*

6

*Proteção Social:
Promovendo o aprendizado
a partir de iniciativas de
sucesso do Sul*

7

*Desenvolvimento Rural e
Sustentável*

9

*Iniciativas Inovadoras de
Desenvolvimento para o
Crescimento Inclusivo*

10

*IBAS, BRICS e G-20:
Engajamento Estratégico
do IPC-IG*

12

*Seminário Internacional
sobre o Crescimento
Inclusivo:
África do Sul, Brasil, China
e Índia*

13

*Diálogo Político sobre
Estratégias de Proteção
Social de Longo Prazo
para o Crescimento
Inclusivo*

14

*Missões de Estudos: O
Diálogo Sul-Sul para o
Crescimento Inclusivo*

15

Notícias Recentes

16-23



Nações Unidas e Brasil juntos pelo Crescimento Inclusivo

Apresentação

O **Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)** é o primeiro fórum global da **Organização das Nações Unidas (ONU)** com sede no Brasil. O IPC-IG facilita oportunidades de aprendizado aos países em desenvolvimento por meio de recomendações de políticas públicas feitas a partir de experiências inovadoras do Sul Global. O IPC-IG foi estabelecido em Brasília em **2004** e já ofereceu oportunidades de treinamento e capacitação para mais de **7.500 altos representantes de governos** de mais de **50 países**.

O IPC-IG produziu mais de **280 publicações** e avaliações abrangendo iniciativas e programas de desenvolvimento de mais de **70 países**. A rede de distribuição de informação do IPC-IG abrange mais de **40 mil especialistas** em **189 países** e **1.600 instituições de pesquisa** colaboradoras em **106 países**. O IPC-IG produz regularmente publicações em inglês, português, espanhol, francês, árabe, chinês e, mais recentemente, turco. Uma média de 1000 downloads de publicações é registrada diariamente do site do IPC-IG.

A parceria entre o Brasil e a ONU para o estabelecimento do IPC-IG como um fórum com uma **agenda global** é única no mundo e representa o compromisso do país para os desafios do mundo em desenvolvimento, garantindo oportunidades para a igualdade de acesso aos benefícios e participação no processo de crescimento. A parceria também indica o **reconhecimento** por parte da comunidade internacional de que países como o Brasil estão passando por processos bem-sucedidos de **transformação social** e, portanto, têm muito a compartilhar com o resto do mundo.

O IPC-IG está diretamente ligado ao Grupo de Pobreza do Escritório de Políticas para o Desenvolvimento (BDP) do **PNUD Nova York** e possui um **Conselho Diretivo** composto por representantes das Nações Unidas e do Governo Brasileiro, a saber: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Website: <http://www.ipc-undp.org/>

Sala de notícias: <http://pressroom.ipc-undp.org/>

Portal de Aprendizado Sul-Sul: <http://south-south.ipc-undp.org/>

Contato:

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Grupo de Pobreza, Escritório de Políticas para o Desenvolvimento

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Endereço: Esplanada do Ministérios, Bloco 'O', 7º Andar/PNUD

Brasília - DF, Brasil

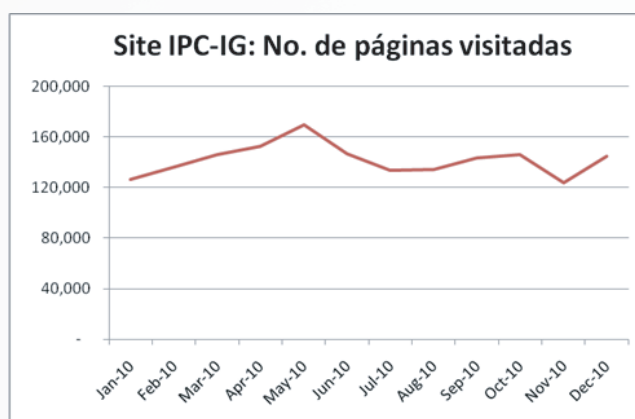
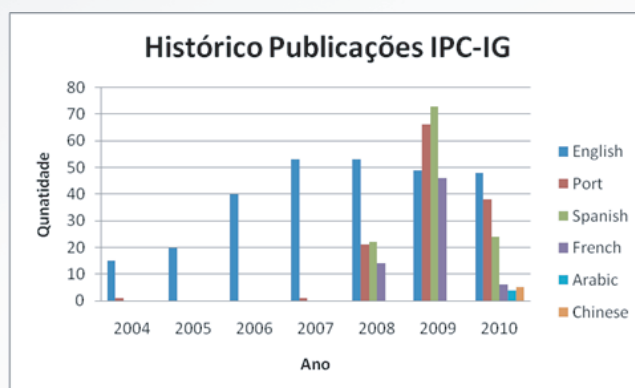
Telefone: +55 61 2105 5000

E-mail: contact.service@ipc-undp.org

Facebook: [ipc.undp](https://www.facebook.com/ipc.undp)

Twitter: [@IPC_UNDP](https://twitter.com/IPC_UNDP)

O trabalho do IPC-IG em evolução: Alguns dados



Número total de páginas visitadas em 2010: 1.699.040

Downloads de publicações diretamente do site do IPC-IG

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Até março)	Total
One Pager	6.504	14.237	34.683	84.007	101.442	71.427	17.077	329.377
Working Paper	6.730	33.578	30.926	30.693	36.015	40.765	11.594	190.301
In Focus	7.418	9.359	25.236	31.404	29.179	40.567	9.096	152.259
Country Study	-	4.126	10.471	11.086	11.077	12.761	2.760	52.281
Policy Brief	-	1.934	8.608	9.743	7.932	9.259	2.034	39.510
Others	-	-	10.515	14.378	11.428	11.935	2.716	50.972
Total	20.652	63.234	120.439	181.311	197.073	186.714	45.277	814.700

Número total de downloads de publicações: 814.700

Países que visitam o site do IPC-IG (Outubro 2010 – Março 2011)

Brazil	Russia	Barbados	Belarus
United States	Finland	Serbia	Estonia
United Kingdom	Lebanon	Algeria	Burundi
India	Ecuador	Dominican Republic	Burkina Faso
Germany	Botswana	El Salvador	Qatar
Canada	Venezuela	Nicaragua	Albania
France	Taiwan	Honduras	Samoa
Switzerland	Ireland	Angola	Slovenia
China	Guatemala	Cyprus	Saint Vincent and the Grenadines
Italy	Senegal	Madagascar	Tuvalu
Spain	Bolivia	Ukraine	Tonga
Peru	Trinidad and Tobago	Kazakhstan	São Tomé and Príncipe
Australia	Morocco	Bosnia and Herzegovina	Jersey
South Africa	Panama	Mali	Kyrgyzstan
Chile	Tanzania	Mauritius	Luxembourg
Netherlands	Greece	Bulgaria	Libya
Pakistan	Cameroon	Mongolia	Equatorial Guinea
Mexico	Hong Kong	Romania	Cuba
Argentina	Hungary	Haiti	Mauritania
Portugal	Tunisia	Suriname	Malta
Philippines	Costa Rica	Uzbekistan	Faroe Islands
Belgium	New Zealand	Yemen	Niger
Japan	Uruguay	Congo [DRC]	Gabon
Sweden	Gambia	Latvia	French Guiana
Colombia	Malawi	Macedonia [FYROM]	Bahrain
Kenya	United Arab Emirates	Afghanistan	Papua New Guinea
Indonesia	Slovakia	Georgia	Oman
Bangladesh	Israel	Saudi Arabia	Saint Kitts and Nevis
Nigeria	Iran	Timor-Leste	Guinea
Turkey	Vietnam	Laos	Guadeloupe
Mozambique	Azerbaijan	Lesotho	Antigua and Barbuda
Uganda	Poland	Lithuania	Anguilla
Singapore	Jordan	Djibouti	Fiji
Denmark	Zambia	Brunei	Iceland
South Korea	Sudan	Palestinian Territories	Nepal
(not set)	Iraq	Guyana	Czech Republic
Egypt	Jamaica	Bhutan	Solomon Islands
Sri Lanka	Paraguay	Tajikistan	Ghana
Ethiopia	Benin	Kuwait	Rwanda
Thailand	Namibia	Moldova	Swaziland
Norway	Syria	Cape Verde	Malaysia
Cambodia	Côte d'Ivoire	Saint Lucia	Zimbabwe
Armenia			

Total de países que visitaram o site do IPC-IG entre outubro de 2010 e março de 2011: 170

Áreas prioritárias: Uma Abordagem Multidimensional para o Crescimento Inclusivo

O que é crescimento inclusivo?

Crescimento inclusivo significa que todos e todas possam participar do processo de crescimento econômico e do compartilhamento dos seus benefícios. Crescimento inclusivo é o padrão de crescimento sustentável que gera novas oportunidades produtivas.

A discussão sobre estratégias para o crescimento inclusivo vem recebendo grande atenção por parte de governos de vários países em desenvolvimento e emergentes, com destaque para o Brasil, Índia, China e África do Sul. Formadores de opinião, pesquisadores e ativistas da sociedade civil também estão discutindo a inclusão como fator essencial ao crescimento. Perspectivas atuais sobre o tema foram discutidas durante o **Seminário Interacional sobre Crescimento Inclusivo: O que é isso? Como chegar a ele?**

O CIP-CI promove oportunidades de **aprendizado** e de **diálogo** entre os países em desenvolvimento sobre **políticas públicas** que conduzem a um processo de crescimento com inclusão. O nosso trabalho atual se concentra em políticas e programas de **proteção social e transferência de renda**; estratégias de **desenvolvimento rural e sustentável**; inovações para a **geração de emprego**, uso dos recursos naturais e prestação de serviços de saúde.

O CIP-CI também disponibiliza um rico acervo de publicações e materiais de estudo e referências sobre programas de trabalho já desenvolvidos pelo Centro. Destacamos os trabalhos sobre **políticas macroeconômicas para a redução da desigualdade**; estratégias de provisão de **água, saneamento e eletricidade** para todos e todas; impacto da **situação econômica mundial** para o bem-estar humano; e políticas macroeconômicas que favorecem a reversão da **epidemia de HIV/AIDS**.



Proteção Social: Promovendo o aprendizado a partir de iniciativas de sucesso do Sul

A proteção social é um importante instrumento de política pública para enfrentar a exclusão social, a desigualdade e a pobreza. Ela abrange tanto o seguro social como a assistência social. A última pode ser proporcionada na forma de manutenção da renda e/ou em transferências em espécie bem como em serviços sociais. Os programas de proteção social contribuem significativamente para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Há um interesse crescente em como os programas de proteção social e de transferência de renda (TRs) causam impacto sobre a pobreza, desigualdade e inclusão social. A onda de TRs na América Latina, como o Oportunidades no México e o Bolsa Família no Brasil desencadearam debates sobre o seu potencial, bem como limites. Tem sido demonstrado que os TRs incentivam a uma maior utilização de serviços públicos, como educação e saúde, e proporcionam uma renda necessária vital para famílias pobres.

O CIP-CI analisa os programas de proteção social dos países em desenvolvimento e promove o diálogo entre formuladores de políticas públicas a partir de recomendações e avaliações. Consulte aqui a nossa rica base de estudos sobre proteção social, abrangendo iniciativas de mais de 70 países. Dentre as questões abordadas pelo CIP-CI, destacamos:

- Qual o impacto dos programas de proteção social sobre a pobreza, a desigualdade e a exclusão social?
- Qual é a melhor maneira de realizar a avaliação do impacto dos programas de proteção social em diferentes contextos?
- Como os programas de proteção social, afetam os resultados do mercado de trabalho, em particular, o trabalho infantil e as oportunidades de emprego da população adulta?
- Como é que as diferenças na concepção e implementação dos programas de proteção social os de transferência de renda afetam os seus resultados?
- Que lições podem ser aprendidas a partir de um conjunto mais amplo de iniciativas e programas que possam contribuir para a aprendizagem Sul-Sul em matéria de proteção social?

Algumas publicações em português:

- [Relações Diretas ou Mediadas? Envolvimento Cívico e Responsabilidade Social no Programa Bolsa Família](#)
- [Qual é o Impacto do Programa Bolsa Família na Educação?](#)
- [O que o IBSA Pode Oferecer para a Comunidade Global?](#)
- [Está Pronto o Sul para a Cooperação Sul-Sul?](#)
- [Cooperação Sul-Sul Em Tempos de Crise Econômica Global](#)

- [O Impacto não é Suficiente: Imagem e Sustentabilidade dos TCR na Nicarágua](#)
- [Qual o Impacto das Transferências de Renda Sobre a Oferta de Trabalho?](#)
- [Funcionam os Programas de TCR nos Países de Baixa Renda?](#)
- [Transferências Monetárias Sociais em Zâmbia: Qual é o seu impacto?](#)
- [Diminuem as TCRs o Impacto da Atual Crise Econômica? Sim, mas ...](#)
- [Têm os Programas TCR um Efeito Colateral Pró-pobres?](#)
- [Governo Brasileiro Ajuda Angola na Promoção dos Direitos das Crianças](#)
- [Transferências de Renda e Trabalho Infantil: Um Intrigante Relacionamento](#)
- [Políticas Sociais em Tempos de Crise](#)
- [O Programa Novinho em Folha de Nova Iorque para Transferência Condicional de Renda: E se for bem Sucedido?](#)
- [A Criação de Emprego Versus Transferência de Renda no Quênia](#)
- [Três Modelos de Proteção Social](#)
- [A Pobreza na Velhice e às Pensões Sociais no Quênia](#)
- [Houve Alguma Mobilidade Social para não-brancos no Brasil?](#)
- [Transferências Condicionais de Renda: Uma Vacina Contra a Pobreza e a Desigualdade?](#)
- [Boas Perspectivas para a Proteção Social em Angola](#)
- [Missão de Estudos África-Brasil em Promoção e Proteção Social](#)
- [As Condicionalidades São Necessárias em um Programa de Transferência Condicionada? Evidências do PROGRESA/México](#)
- [Transferências de Renda Condicionadas: Porque Focalização e Condicionalidades podem Falhar](#)
- [Proteção Social no Oeste da África: Muitos desafios, mas grandes iniciativas](#)
- ['Dores de Crescimento': Os Principais Desafios dos Novos Programas de Transferência Condicional de Renda na América Latina](#)
- [Proteção Social em Gana](#)
- [Transferências Condicionadas de Renda \(TCR\) Reduzem a Pobreza?](#)
- [Todas as Transferências de Renda Diminuem a Desigualdade?](#)
- [Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: Uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de outros Países](#)

Desenvolvimento Rural e Sustentável

Desenvolvimento rural sustentável representa um esforço em reunir aspectos complementares do processo de desenvolvimento, com foco na equidade social, econômica e ambiental. Neste contexto, o diálogo entre diferentes áreas de intervenção pública é primordial. Há um crescente interesse em abordagens multi-dimensionais como caminhos indispensáveis para enfrentar os desafios atuais do planeta.

Nossa principal preocupação é analisar a inter-seções no âmbito de políticas que permitam um impacto mais amplo e mais coordenado na vida das pessoas, especialmente de grupos marginalizados. Assim, as políticas que conciliam diversas agendas, tais como gênero e mudança climática, pobreza e meio ambiente, inclusão produtiva e de distribuição de alimentos, estão no cerne de nossas atividades.

Algumas publicações em português:

- [*Agricultura Sustentável: Uma Forma de Escapar da Pobreza Alimentar*](#)
- [*Apoio à Produção e ao Acesso a Alimentos por meio de Aquisições Públicas Locais: Lições do Brasil*](#)



Iniciativas Inovadoras de Desenvolvimento para o Crescimento Inclusivo

Por que o foco em transformações estruturais para o Crescimento Inclusivo?

Evidências recentes sugerem que a estrutura das economias nos países em desenvolvimento pode aumentar a vulnerabilidade a crises, particularmente se a pauta de exportações demonstrar elevado nível de dependência e concentração em commodities ao invés de bens manufaturados e serviços. É claro que a estrutura das economias também tem impacto no potencial de criação de empregos e na capacidade de promover a sustentabilidade dos padrões de produção e distribuição de riqueza. Além disso, a estrutura da economia é importante para que as trajetórias de crescimento sejam acompanhadas por uma ampliação do acesso a serviços de utilidade pública de qualidade por parte de toda a população.



O que isso implica é que a transformação estrutural da capacidade produtiva deve ser integrada como prioridade às políticas públicas de desenvolvimento para que o crescimento seja inclusivo e resiliente. Neste sentido, estamos acompanhando um renascimento do interesse nas políticas de transformação industrial e estrutural. Há também uma crescente conscientização acerca da necessidade de se adotar uma perspectiva de longo prazo no contexto das respostas à recente crise econômica mundial.

O trabalho do IPC-IG: Identificando, promovendo e apoiando políticas inovadoras de transformação estrutural

Nós identificamos iniciativas de políticas públicas que apoiam e promovem a transformação estrutural para a abordagem de diferentes imperativos do desenvolvimento. Em 2010, o foco foi avaliar se as políticas adotadas pelas economias emergentes

para melhorar o acesso aos serviços de saúde e o acesso à energia no contexto das mudanças climáticas desenvolveu oportunidades de investimento transformador nas capacidades produtivas dos setores de saúde e de energia sustentável.

Neste contexto, o trabalho do IPC-IG foi concentrado nos seguintes tópicos:

- **Eco-inovação** : para resolver as limitações de energia de forma mais sustentável e promover empregos verdes;
- **Inovação em políticas de saúde**: para garantir o acesso a medicamentos essenciais;
- **Inovação em política social** : para assegurar sistemas eficientes e abrangentes proteção social e estimular a criação de empregos sem negligenciar déficits na oferta de infra-estrutura e serviços.

Publicações



Em português, destacamos o artigo:

Emprego Verdes para os Pobres: Porquê a Abordagem de Empregos Públicos é Necessária Agora.

O IPC-IG possui um rico acervo de pesquisas e avaliações de iniciativas inovadoras para o crescimento inclusivo. Destacamos, neste sentido, as seguintes referências em inglês:

Discussão sobre o Programa de Biodiesel do governo brasileiro e avaliação de seus efeitos para a inclusão social

- ***Productive Inclusion of Smallholder Farmers in Brazil's Biodiesel Value Chain: Programme Design, Institutional Incentives and Stakeholder Constraints***
- ***Retrofitting the Brazilian Biodiesel Programme: Implications for Policy Design***
- ***How Can Petrobras Biocombustíveis Engage Small-Scale Farmers While Promoting Sustainability in Brazil's Biodiesel Programme?***

Discussão sobre as estratégias de 'empregos públicos' no caso da África do Sul e Índia:

- ***Public Works and Employment Programmes: Towards a Long-Term Development Approach***
- ***Rethinking Public Employment Programmes: Moving Beyond Safety Nets?***

Promovendo o diálogo político sobre crescimento inclusivo entre os países em desenvolvimento:

Alguns destaques de 2010

IBAS, BRICS e G-20: Engajamento Estratégico do IPC-IG

Chefes de Estado e Governo da Índia, Brasil, África do Sul, China e Rússia se reuniram em abril de 2010 em Brasília para as Cúpulas do IBAS e do BRICS. As questões-chave para o desenvolvimento na agenda da Cooperação Sul-Sul foram antecipadas e discutidas em profundidade durante o Fórum Acadêmico do IBAS: Um Diálogo de Políticas Públicas, organizado pelo IPC-IG com o objetivo de consolidar um portfólio de cooperação para o desenvolvimento entre os países emergentes no contexto dos arranjos mini e multilaterais.

Mais de cem delegados dos referidos países participaram do Fórum Acadêmico, representando ministérios e órgãos governamentais relevantes e centros de pesquisa influentes. A composição dos participantes facilitou a construção de um entendimento compartilhado acerca de áreas centrais para se aprofundar a cooperação em pesquisa entre os países.

Foi acordado que os crescentes esforços para pesquisas e avaliações conjuntas devem cumprir um papel central de subsídio e suporte técnico a todo o processo de diálogo político, incluindo as deliberações dos líderes de tais países.



Impacto na Mídia

O Fórum Acadêmico teve uma repercussão significativa na mídia dos países emergentes, totalizando 2.556 referências em veículos de comunicação em abril e maio de 2010.

Apresentação aos Chefes de Estado e Governo

As recomendações do Fórum Acadêmico foram apresentadas pelo Dr. Rathin Roy, Diretor do IPC-IG, aos Chefes de Estado e Governo do grupo IBAS em Brasília, representando uma oportunidade única de promover a agenda do crescimento inclusivo e da cooperação para o desenvolvimento diante das mais altas esferas de decisão.

Seminário Internacional sobre o Crescimento Inclusivo: África do Sul, Brasil, China e Índia

O IPC-IG organizou o *Seminário Internacional sobre o Crescimento Inclusivo: O Que É e o Que É Preciso?* reunindo representantes do alto-escalão dos governos de quatro países emergentes e de centros de pesquisa com influência decisiva na construção da agenda de políticas públicas de tais países. O evento foi realizado entre os dias 8 e 10 de dezembro na cidade de Foz do Iguaçu, Brasil e teve como objetivo trazer os atores relevantes dos países emergentes com características semelhantes no que se refere à trajetória do desenvolvimento para um intercâmbio construtivo de ideias e experiências, de modo a contribuir para a elaboração de diretrizes para um modelo de crescimento inclusivo e sustentável.

O seminário internacional foi organizado em três seções:

I. Estratégias de Longo Prazo para o Crescimento Inclusivo

II. Os três pilares do Crescimento Inclusivo:

(a) Promoção e Proteção Social;

(b) Inclusão Produtiva e Geração de Oportunidades;

(c) Desenvolvimento Territorial e Competitividade Sistêmica.

III. Contribuições para uma agenda Crescimento Inclusivo do Sul Global.

Ao final do evento, a sistematização das questões discutidas resultou em um plano de trabalho que vai nortear as ações e estudos a serem realizados pelo IPC-IG, em parceria com todos os países envolvidos. Para este fim, uma série de estudos comparativos irão analisar os fatores considerados mais relevantes na construção de estratégias para o crescimento inclusivo para os países emergentes presentes ao evento. Estas análises representarão ao mesmo tempo instrumentos valiosos para outros países em desenvolvimento e, assim, qualificar ainda mais as iniciativas de cooperação Sul-Sul.

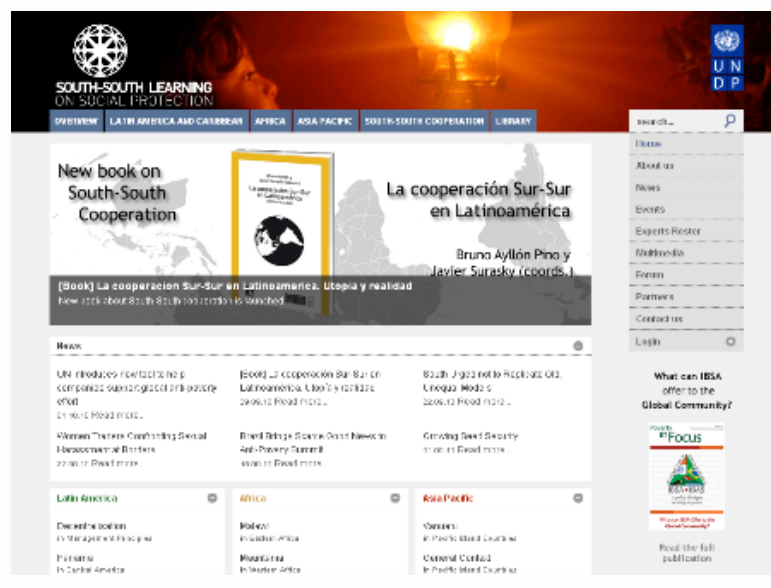
Diálogo Político sobre Estratégias de Proteção Social de Longo Prazo para o Crescimento Inclusivo

O IPC-IG organizou o evento de “Diálogo Político e Aprendizado Sul-Sul sobre Estratégias de Proteção Social de Longo Prazo para o Crescimento Inclusivo” entre os dias 11 e 13 de outubro em Joanesburgo, África do Sul. O evento reuniu cerca de 100 políticos, consultores políticos e pesquisadores de 14 países africanos, latino-americanos e asiáticos para discutir possíveis caminhos pelos quais o diálogo político Sul-Sul pode agregar valor ao processo de crescimento inclusivo, vinculando programas de proteção social a fatores macroeconômicos e resiliência social no horizonte de longo prazo.

O evento cumpriu os seguintes objetivos:

- Facilitar um diálogo político entre os tomadores de decisão de países selecionados especialmente aqueles que representam os ministérios das finanças e desenvolvimento social;
- Promover o intercâmbio de conhecimento entre parceiros-chave para identificação de um conjunto de iniciativas políticas escalável para uma trajetória mais inclusiva de crescimento; e
- Contribuir para a discussão sobre a sustentabilidade dos investimentos nas Metas de Desenvolvimento do Milênio.

O IPC-IG lançou durante o evento o Portal de Aprendizado Sul-Sul sobre Proteção Social, que visa à criação de redes de compartilhamento de experiências entre regiões e países do Sul. A nova plataforma de aprendizado online do IPC-IG também permite o acesso a documentos, informações e notícias sobre proteção social de países da América Latina e Caribe, África e Ásia.



Missões de Estudos: O Diálogo Sul-Sul para o Crescimento Inclusivo

As Missões de Estudos recebidas pelo CIP-CI em Brasília, Brasil objetivam oferecer treinamento sobre as políticas para o crescimento inclusivo e promover parcerias para combater a pobreza através da capacitação e compartilhamento de informações. As Missões de Estudo representam um dos nossos esforços na construção do diálogo Sul-Sul e estão alinhadas com as prioridades de desenvolvimento de capacidades do PNUD.

Público-alvo

Funcionários do governo dos países em desenvolvimento e representantes dos Escritórios Nacionais, Centros Regionais e outras unidades do PNUD.

Áreas de Treinamento

As sessões de treinamento abrangem uma ampla gama de políticas públicas relacionadas aos nossos programas de pesquisa, tais como:

- ***Proteção Social e Transferências de Renda***
- ***Geração de Emprego***
- ***Desenvolvimento Rural e Sustentável***
- ***Inovações na Prestação de Serviços Públicos nas áreas de Saúde, Emprego e Programas Sociais***
- ***Metodologias de Avaliação e Monitoramento de Políticas Sociais***

Histórico

O IPC-IG já recebeu mais de 30 Missões de Estudos. Destacamos algumas:

- ***[Brazil e Vietnam: Políticas para o Desenvolvimento Humano](#)***
- ***[China-Brasil: Ampliação da Agenda de Cooperação para a Proteção Social](#)***
- ***[Estudos sobre Avaliação e Monitoramento das Políticas Sociais: Agenda de Cooperação Brasil-Venezuela.](#)***
- ***[Missão de Estudos do Programa África-Brasil de Cooperação em Desenvolvimento Social](#)***
- ***[Estudos sobre Orçamento Participativo e Planejamento: Brasil e Bangladesh](#)***
- ***[Missão do Governo da República da África do Sul: Um Diálogo Sul-Sul sobre a Proteção Social](#)***
- ***[Vietnã: Missão de Estudos sobre Políticas Sociais para as Minorias Étnicas](#)***
- ***[Tanzânia: Missão de Aprendizagem sobre Emancipação Econômica e Redução da Pobreza](#)***

Impacto na mídia: Alguns trechos recentes

Brasil avança nas metas do milênio, à frente de emergentes

29 Março, 2011

Roberta Lopes, da AGÊNCIA BRASIL

Segundo o Pnud, 69,2% dos índices do programa tiveram melhora no Brasil

Apesar do avanço, índices sobre preservação de florestas pioraram.

Crédito: Wilson Dias/ Agência Brasil

Brasília – O Brasil está na frente dos países emergentes no cumprimento das metas de desenvolvimento, de acordo com estudo sobre os avanços das metas do milênio, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Outro indicador que mostrou pouca melhora foi o de partos assistidos por profissionais de saúde. Em 1990, 71,9% dos partos tiveram acompanhamento de profissionais de saúde e, em 2000, esse percentual passou para 96,45%. Em 2008, chegou a 97%.

Outro indicador que teve pouca melhora depois da adoção das metas do milênio foi o de incidência de tuberculose, que, em 1990, era de 83,64% a cada 100 mil pessoas e passou para 58,41% em 2000. O índice diminuiu para 46,47% em 2008.

O estudo também verificou que houve um baixo crescimento no número de linhas telefônicas. Em 1990, eram 6,29% a cada 100 pessoas. Em 2000, passou para 21,19% e, em 2008, para 21,43%.

Países árabes estão mais lentos no avanço de metas da ONU

27 Março, 2011

MARIANA SCHREIBER

Nações com crises políticas figuram na lanterna de ranking

Escola de meninas em Hazara, distrito de Cabul, Afeganistão. Por David Harmes.

Países árabes que passam hoje por violentas crises políticas são os que mais diminuíram a velocidade no cumprimento das Metas do Milênio estabelecidas pela ONU em 2000.

As metas são oito objetivos traçados para 2015 com intenção de melhorar indicadores econômicos e sociais.

Estudo inédito da ONU, obtido com exclusividade pela **Folha**, mostra que Omã, Bahrein, Jordânia e Arábia Saudita estão entre os seis piores colocados num ranking de 98 países que mede a velocidade de cumprimento desses objetivos. O estudo compara a taxa de evolução de 2001 a 2008 ante a década anterior. Omã e Bahrein, por exemplo, apresentaram piora no ritmo de evolução em quase 70% dos indicadores analisados pela ONU.

Fonte: Folha de S. Paulo

Países árabes estão mais lentos no avanço de metas da ONU
Nações com crises políticas figuram na lanterna de ranking

ATRÁS DAS METAS
Análise FICM surge de objetivos da ONU

País	Índice
Omã	98
Bahrein	97
Jordânia	96
Arábia Saudita	95
Yemen	94
Libânia	93
Irã	92
Coreia do Sul	91
Coreia do Norte	90
China	89
Índia	88
Brasil	87
Estados Unidos	86

AS 8 METAS DO MILÊNIO

1. Reduzir a pobreza extrema e a fome
2. Alargar a cobertura educacional
3. Promover a igualdade de gênero e a participação equitativa
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Promover o crescimento econômico

Transferência de renda ajuda Mercosul a driblar a crise

Data: 24 março, 2011

Autoria: Aline Cury Zampieri, enviada do IG a Paraguai, Uruguai e Argentina

Políticas anticíclicas e distribuição de renda ajudam a impulsionar economia da região, nos 20 anos da criação do bloco econômico

A expansão econômica do Mercosul não trouxe apenas lucros para as empresas, como foi mostrado no decorrer da semana nas [reportagens](#) do **Expedições iG**. Além da força das exportações, que cresceram sobretudo com o [agronegócio](#), políticas públicas garantiram a alta do consumo em época de crise e renda para os mais pobres. Essa combinação ajudou no processo de redução das taxas de pobreza na região.

Jurgen Weller, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal), afirma que os governos de Argentina, Paraguai e Uruguai adotaram políticas anticíclicas durante a crise financeira de 2008, o que ajudou a manter o [consumo interno](#). A demanda pelo aumento no consumo impulsionou o boom de shopping centers na região de Buenos Aires, capital da Argentina, por exemplo. Ajudou ainda os negócios de empreendedores como Valdinarte Cardoso de Oliveira, empresário brasileiro que montou a primeira [churrascaria](#) em Assunção.

A transferência de renda adotada pelos governos dos países também foi fundamental para as melhoras econômicas. Relatório do [Centro Internacional de Políticas de Crescimento Inclusivo das Nações Unidas](#) mostra que o ponto de partida para a recente onda de programas de transferência de renda no mundo foi justamente a América Latina e o Caribe.

Segundo o trabalho, a região - e o destaque são **Brasil, México, Chile e Colômbia** - possui as iniciativas de transferência de renda mais estáveis e de longa duração do mundo. Para Alfredo Coutinho, economista da Moody's para a América Latina, no entanto, nenhuma se iguala em poder de efeitos à do Brasil. "O país que mais avançou em desenvolvimento social foi o Brasil, em função de suas políticas públicas", diz ele.

Fonte: IG

Cooperação Sul-Sul ou Diplomacia Trilateral?

Os dois eventos importantes para o Sul Global - as Cúpulas IBAS e BRIC no Brasil - terão grande ressonância para o futuro da cooperação Sul-Sul, diz Rathin Roy, diretor do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), baseado em Brasília. "Por essa razão as Cúpulas são notícia de primeira página em letras maiúsculas em todo o mundo", afirma Roy em uma introdução à rwebista Poverty in Focus "Cooperação Sul-Sul: O Mesmo Velho Jogo ou um Novo Paradigma?", lançada pelo IPC-IG durante as Cúpulas.

"Será que a ascensão das economias emergentes anunciam apenas uma ampliação do "grande jogo", o resultado sendo apenas um pouco mais de margem de manobra para os países em desenvolvimento no seu envolvimento com o G-20? Ou será que o Sul aproveitará esta oportunidade para estabelecer um paradigma novo e mais abrangente que garanta um desenvolvimento mais rápido e mais sustentável para todos os cidadãos?", diz Roy.

IDN Notícias, Índia, abril de 2010

Ordem econômica mundial: não bastam as concessões dos países ricos

Rathin Roy para Inter Press Service

No alvorecer do milênio, o cenário mundial era inconcebivelmente diferente do que vemos agora. Hoje em dia, vários países em desenvolvimento são reconhecidos como atores de importância na economia global, algo inimaginável há uma década.

Em 2000, o debate sobre o governo da economia estava firmemente situado no G8. Considerava-se que era inevitável participar da Organização Mundial do Comércio (OMC), devido à incontida marcha rumo à globalização. O Consenso de Washington – e seus condicionamentos – era aplicado rigorosamente em todo o mundo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial tinham estruturas de governo fechadas. A China era uma fonte de mão-de-obra barata e de novos mercados.

Brasil, Turquia e Índia eram vistos como pobres atores econômicos, com pouca voz política. Não havia nenhuma voz africana no panorama mundial. E os Estados em Desenvolvimento das Ilhas Pequenas (SIDS) eram considerados periféricos no diálogo global.

Agora, quanta diferença! Um grupo de economias em desenvolvimento é visto como atores globais. Organismos regionais como a União Africana e o Mercosul demonstraram ser efetivos. A OMC viu crescer a influência de sua voz e do princípio do consenso. O FMI e o Banco Mundial realizaram reformas, embora pequenas. Os SIDS se fizeram ouvir em Copenhague e mais além. Tudo iniciou o silencioso, mas de modo algum completo, desaparecimento do modelo das “boas políticas” segundo o Consenso de Washington e das condições que impunha. Os sucessos de programas sociais como Bolsa Família e Oportunidades, respectivamente no Brasil e no México, e o NREGA, na Índia, bem como o crescimento dos empreendimentos locais em Bangladesh e Turquia, deram resultados que transformaram as vidas de milhões de pessoas.

Fonte: Inter Press Service (IPS)

Brasil: Crescimento de 129% dos recursos para a Cooperação Internacional

Por Mario Osava (IPS)

Cooperação-Brasil: Com a mão estendida ao Sul

A quantia destinada pelo país por ano às organizações internacionais, à assistência técnica e humanitária, bem como às bolsas para estrangeiros cresceu 129% entre 2005 e 2009, passando de US\$ 158 milhões para US\$ 362, de acordo com o primeiro informe oficial sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Rio de Janeiro, 27/1/2011 – Os bancos de leite materno, que já reduzem a mortalidade infantil na Guatemala e começam a ser adotados na África, fazem parte das numerosas tecnologias sociais desenvolvidas pelo Brasil, que alimentam o rápido crescimento de sua cooperação internacional.

Ainda é pouco, pois esta soma corresponde a apenas 0,02% do produto interno bruto, mas acontece que só agora o Brasil ganha importância como doador, e, por ser um país em desenvolvimento, não tem metas a cumprir por acordos internacionais, disse à IPS Guilherme Schmitz, um dos autores do estudo, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Além disso, nesse valor não estão incluídos perdões de dívidas de nações mais pobres que, se fossem considerados, como ocorre nas contas de outros países, aumentaria muito o total financeiro da cooperação brasileira, acrescentou.

Esta não é uma cooperação alternativa, mas a principal, porque a história do desenvolvimento do Século 21 é a de países do Sul que conseguiram progressos significativos em crescimento e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, e forjaram seus próprios caminhos, em lugar de seguir o “mantra” das “melhores práticas”, disse Rathin Roy, diretor do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI). Este órgão tem sede em Brasília e é uma associação entre o Pnud e o governo brasileiro para promover a aprendizagem Sul-Sul, para impulsionar políticas de verdadeiro desenvolvimento.

A cooperação Sul-Sul “nunca foi tecnocrática, é multilateral em sua concepção, e tem a ver com não aceitar as regras do jogo como são apresentadas. É uma associação na qual conhecimento e experiência, mais do que recursos e poder, formam a base para a cooperação”, disse Rathin. É na cooperação técnica, científica e tecnológica onde mais se afirmam as singularidades brasileiras. Essa atividade cresceu muito nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a considerava “um instrumento de política externa e de prestígio e projeção internacional, além de ser uma responsabilidade do país”, disse Marco.

Fonte: Inter Press Service (IPS) / Envolverde

Estudo mostra que 3 em cada 4 desses pobres, ou 1,3 bi, estão em países de renda média

Do R7 Publicado em 01/02/2011

O número de países pobres no mundo diminuiu nos últimos 20 anos, mas o total de miseráveis entre a população dessas nações continua alta. Uma pesquisa do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) mostra que ao menos 1,6 bilhão de pessoas viviam com menos de R\$ 2 (ou menos de US\$ 1,25, segundo o valor estimado na pesquisa) por dia ao redor do planeta entre 2007 e 2008.

As moedas foram convertidas pela reportagem do R7 a partir de seus valores nesta terça: US\$ 1 equivalendo a R\$ 1,66.

O estudo chamado *E se Três Quartos dos Pobres do Mundo Viverem em Países de Renda Média?* analisou a situação de pobreza no mundo no final da década passada e constatou uma situação bastante diferente da que existia nos anos 1990.

De lá para cá, o número de países considerados pobres diminuiu de 60 para 39.

Foi considerado um país pobre aquele com PIB (Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas no país) por pessoa (per capita) inferior a R\$ 1.651 (ou US\$ 995, no valor do dólar de hoje).

Nessa categoria estão países frágeis, com governos corruptos, em sua maioria, e que convivem com situações de guerras ou conflitos internos – como o Sudão, o Paquistão, entre outros.

Vinte anos atrás, 93% da população miserável estavam nesses países.

Distribuição de renda

Andy Sumner, pesquisador do Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento (IDS, Reino Unido), instituição colaboradora do CIP-CI (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo), órgão do PNUD responsável pela pesquisa, diz que a desigualdade ainda persiste, apesar do desenvolvimento da maioria dos países nos últimos 20 anos.

Uma forma de ver esses dados é que a pobreza está deixando de ser internacional e se tornando um problema de distribuição [de renda] nacional. A tributação e as políticas de redistribuição [de riqueza interna] dos governos estão se tornando mais importantes do que a ajuda oficial ao desenvolvimento.

Fonte: TV Record

Jornalismo Investigativo: Quais os desafios para os países em desenvolvimento?

15 de março de 2011

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e o Mercado Ético lançaram em parceria, o relatório “Jornalismo Investigativo: Questões para um Debate Sul-Sul”. A publicação foi produzida a partir das conclusões e recomendações do Seminário Internacional sobre Jornalismo Investigativo: Um diálogo Sul-Sul, que aconteceu em 22 de novembro de 2010, em São Paulo.

O relatório busca levar ao público uma reflexão sobre os principais questionamentos e recomendações discutidas durante o evento, que contou com a presença de jornalistas, especialistas acadêmicos e formadores de opinião da África do Sul, Brasil, Índia, México, Suíça e Qatar. Representantes das Nações Unidas e da sociedade civil também estavam presentes. Trazendo a perspectiva do Brasil, destacam-se João Paulo Charleaux (O Estado de S. Paulo), Luis Nassif (Agência Dinheiro Vivo), Maurício Hashizume (Repórter Brasil), Luiz Martins (UnB) e Luiza Frischeisen (PGR). O documento também conta com reflexões de Abderrahim Foukara, Chefe do canal árabe Al Jazeera em Washington D.C., e de outras personalidades no campo do jornalismo.

Fonte: Associação Brasileira de Imprensa

A crise econômica comprovou a necessidade da proteção social

Brasília, 11 de fevereiro de 2011

A Rádio Câmara transmitiu hoje uma entrevista com o pesquisador Fábio Veras Soares, Coordenador de Proteção Social e Transferência de Renda do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI), sobre o impacto da crise econômica sobre os programas de transferência de renda e os sistemas de proteção social. O pesquisador defende a proteção social como um pilar decisivo para o crescimento inclusivo e discute o processo de amadurecimento da política social no Brasil. Dentre as questões abordadas durante a entrevista para o programa ‘Conversa sobre Política’, destacamos:

- Por que a proteção social é essencial ao crescimento inclusivo?
- Quais as diferenças entre os sistemas de proteção social dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento?
- Quais fatores contribuem para a consolidação da proteção social no Brasil? Quais os principais desafios para os próximos anos?
- Quais são as perspectivas para o Programa Bolsa Família no contexto de cortes do orçamento?
- Quais são as principais diferenças entre os programas sociais do Brasil, México e Chile?
- Como o Brasil vem posicionando a proteção social nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul?

Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania: um passo em falso?

24 de Fevereiro de 2011

Em 8 de janeiro de 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 10.835. No dia seguinte, fez o mesmo com a lei de número subsequente, a 10.836. Ainda que tratem de assuntos semelhantes – transferência de renda –, ambas criaram dois sistemas de política social que, até agora, não dão sinais de que vão convergir. Com a primeira lei, entrou em vigor a renda básica de cidadania. A segunda deu início ao Bolsa Família.

Elas “representam dois modelos diferentes no marco legal do país, sem mecanismos efetivos de transição para assegurar a implementação de fato da lei da renda mínima cidadã”, aponta o estudo Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania: um passo em falso, publicado pelo CIP-CI (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, um órgão do PNUD em parceria com o governo brasileiro).

O texto afirma que, apesar de o Bolsa Família ter se expandido e atingir mais de 12 milhões de domicílios — a ponto de ser o programa de transferência direta de renda com maior número de beneficiários do país —, não parece haver planos de que a iniciativa se converta na renda básica de cidadania, também conhecida como renda mínima.

O carro-chefe da política social brasileira tem como características básicas ter foco definido (é destinado a lares com renda familiar per capita de até R\$ 140 ao mês), levar em conta o domicílio e impor requisitos para que os beneficiários recebam a Bolsa (matricular filho na escola, manter em dia a carteira de vacinação, comparecer a consultas pré-natais).

Já a renda básica de cidadania é universal (seria concedida a todos os brasileiros, independentemente de seu nível socioeconômico), leva em conta o indivíduo (é um direito pessoal, não da família) e não prevê condicionantes. O valor é o mesmo para todos, e deve ser “o suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, considerando para isso o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias”, como estabelece a lei de 8 de janeiro de 2004.

Fonte: ADJORI SC

Brasília, 04 de Março 2011 - A pesquisadora do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo/PNUD, Darana Souza, participou hoje do programa Conversa sobre Política da Rádio Câmara. Durante a entrevista, o apresentador Carlos Oliveira abordou temas relativos à segurança alimentar no Brasil. Darana comentou os resultados do estudo realizado por ela e sua equipe: Alternativas de Mercado para Agricultores Familiares em Iniciativas de Segurança Alimentar: Lições do Programa de Aquisição de Alimentos do Brasil (PAA).

O programa também analisou iniciativas do governo brasileiro de incentivo à agricultura familiar e como essas ações ajudam a controlar preços dos alimentos em vários países. Darana Souza levantou problemas e desafios enfrentados pelos agricultores familiares além de destacar o impacto de políticas como o PAA para o desenvolvimento rural e sustentável.

Aliança sul-sul atrai pesquisadores ao Brasil

Órgão do PNUD em parceria com governo federal abre inscrições para programa de estágio; cooperação é tema-chave a alunos do exterior

BRUNO MEIRELLES, da PrimaPagina

Brasília, 21 de janeiro de 2011

O papel do Brasil no cenário internacional atrai cada vez mais pesquisadores de todo o mundo em busca de aprendizado, sobretudo em cooperação sul-sul e inovação de políticas sociais. Com inscrições abertas para sua próxima edição a partir desta semana, o Programa de Estágio do CIP-CI (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo), órgão do PNUD com o governo federal, evidencia essa tendência, ao receber, nos últimos seis anos, estudantes de 27 países.

A edição de 2011 do Programa de Estágio do CIP-CI, e que oferecerá vagas para estudantes de mestrado, doutorado e pós-graduação, abrange cinco áreas de estudo: Comunicação, Relações Públicas e Parcerias Internacionais; Proteção Social e Transferências de Renda; Crescimento Inclusivo; Desenvolvimento Rural e Sustentável; e Inovações para o Desenvolvimento.

“É um dos programas mais concorridos das Nações Unidas em todo o mundo, superando até o de Genebra em procura”, afirma Francisco Filho, assessor de comunicação do CIP-CI. De acordo com ele, o grande diferencial do projeto brasileiro, que existe desde 2004, é o fato de o CIP-CI ser um centro de produção de saber.

“Há vários outros países que trabalham com cooperação sul-sul. Mas o que nós fazemos não é apenas operacionalizar cúpulas, mas produzir e gerenciar conhecimento acerca do impacto dessas ações no desenvolvimento”, acrescenta.

São dois os eventos de destaque que os selecionados para o programa terão a oportunidade de acompanhar em 2011: a reunião do G20, na França, que contará com um relatório e eventos paralelos organizados pelo CIP-CI, e a cúpula do IBAS (grupo formado por Brasil, Índia e África do Sul).